

10 – MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - MPAS

Previdência Social Básica

A Previdência Social concluiu o ano de 2002 pagando 21,1 milhões de benefícios, dos quais 18,9 milhões eram previdenciários, incluindo 0,7 milhão acidentários, além de 2,2 milhões assistenciais, sendo 1,5 milhão Amparos Assistenciais (LOAS) e 0,7 milhão Rendas Mensais Vitalícias e mais 0,02 milhão Encargos Previdenciários da União. A despesa total com benefícios alcançou a cifra de R\$ 92,1 bilhões, sendo R\$ 88,0 bilhões com benefícios previdenciários, aí incluídos os benefícios acidentários e as rendas mensais vitalícias, além de R\$ 3,4 bilhões com Amparos Assistenciais (LOAS), mais R\$ 0,7 bilhão com Encargos Previdenciários da União.

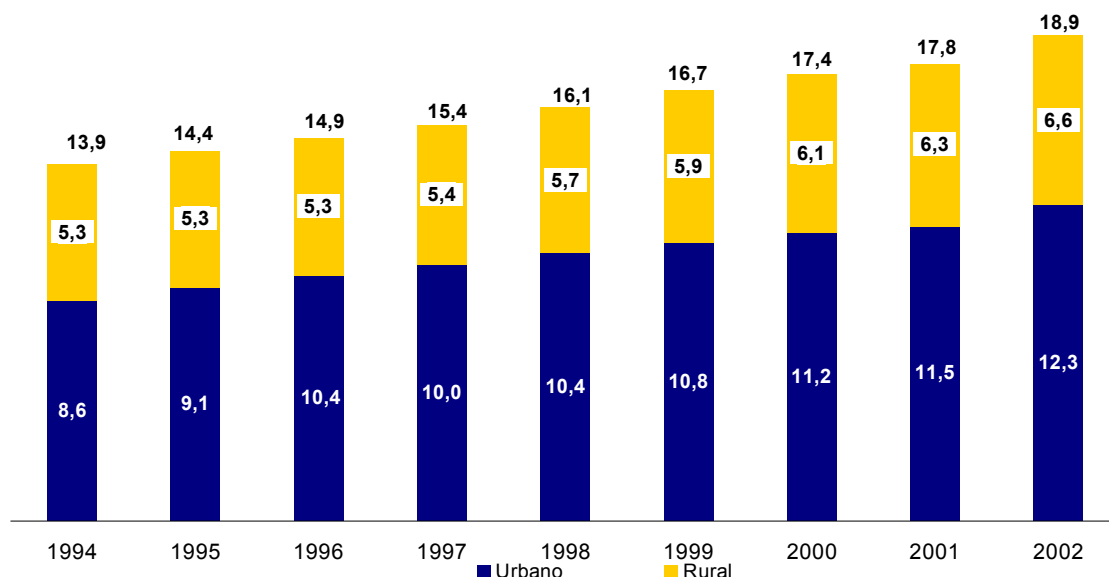
Merece destaque o fato de que dos 21,1 milhões de benefícios pagos pela Previdência, em dezembro de 2002, 13,9 milhões ou 65,9% correspondiam a valores de um salário mínimo. Já em relação aos 18,9 milhões de benefícios previdenciários, 63,1% eram aposentadorias e 29,1%, pensões por morte.

É importante salientar que em mais de 65,4% dos 5.561 municípios brasileiros, em 2001, os gastos realizados pela Previdência Social superavam os recursos destinados aos municípios pelo FPM – Fundo de Participação dos Municípios. Merece destaque ainda a relevante diferença quanto à destinação desses recursos: enquanto os do FPM compõem o orçamento municipal, os da Previdência vão direto para o bolso do segurado, sem qualquer intermediação.

A expansão do número de benefícios pagos pela Previdência Social está ajudando a reduzir os níveis de pobreza no país. O gasto da Previdência Social tem sido responsável pela diminuição dos níveis de pobreza. Observa-se que o grau de pobreza entre os idosos é muito inferior ao da população mais jovem em função desses pagamentos.

As conquistas sociais no campo estão intimamente associadas à expansão da Previdência, cujos pagamentos auxiliam as famílias que vivem em economia de subsistência, dinamizam o comércio local, ajudam no financiamento de pequenas produções, reduzem a migração das áreas rurais para as cidades e garantem renda na época da entressafra. Desta forma, a Previdência Social cumpre também um papel importante para o desenvolvimento regional.

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela - 1994 a 2002



Boletim Estatístico de Previdência Social. Elaboração: MPS / Secretaria de Previdência Social.
Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social AEPS.

Ao longo da década de 90 houve uma forte expansão do número de benefícios emitidos pela Previdência Social, fruto do processo de implementação das diretrizes da Constituição de 1988 e de sua regulamentação pelas Leis 8.212 e 8.213/1991, bem como do amadurecimento da Previdência Social contributiva,

com a chegada à aposentadoria de amplos contingentes da população que acumularam tempo de filiação nas décadas de 60 e 70.

Em relação ao número de benefícios concedidos em 2002, houve um aumento de cerca de 35%, se comparado ao ano anterior. Cabe ressaltar que o Auxílio-Doença e o Salário-Maternidade foram os benefícios de maior participação, atingindo 59,0% de todos os benefícios concedidos e 60,3% do valor gasto total, conforme demonstrado no quadro a seguir. Já em relação aos benefícios emitidos, destacaram-se o Auxílio-Doença, com crescimento de 52%, e o Amparo Assistencial ao Idoso, com 35%.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS E EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL

GRUPOS DE ESPÉCIES	Benefícios Emitidos por Grupos de Espécies						Benefícios Concedidos por Grupos de Espécies					
	Quantidade Benefícios (Em Mil)			Valor Pago (R\$ Milhões)			Quantidade Benefícios (Em Mil)			Valor Pago (R\$ Milhões)		
	2001	2002	Δ %	2001	2002	Δ %	2001	2002	Δ %	2001	2002	Δ %
PREVIDENCIÁRIOS	17.241	18.153	5,29	70.017,3	80.921,6	15,57	2.526	3.379	33,79	873,1	1.311,3	50,19
Aposentadorias	11.395	11.787	3,44	49.714,5	56.323,2	13,29	560	763	36,27	197,5	298,6	51,14
Idade	5.721	5.940	3,83	14.878,4	17.163,5	15,36	324	429	32,25	70,2	106,6	51,86
Invalidez	2.283	2.347	2,80	7.046,3	8.216,3	16,60	125	175	39,62	47,2	74,6	58,09
Tempo de Contribuição	3.391	3.500	3,21	27.789,8	30.943,4	11,35	111	160	44,26	80,2	117,4	46,42
Pensões por Morte	5.157	5.356	3,85	17.134,9	19.923,7	16,28	272	326	19,78	93,0	125,4	34,83
Auxílio-Doença	574	849	47,85	2.617,5	3.977,4	51,96	794	1.288	62,29	316,9	558,0	76,07
Salário-Maternidade	97	142	45,93	498,0	634,3	27,36	896	995	11,05	264,6	327,1	23,65
Outros	18	19	5,83	52,4	63,0	20,21	4	6	76,70	1,1	2,2	110,03
ACIDENTÁRIOS	686	720	4,92	2.323,0	2.752,4	18,49	152	204	34,67	66,6	101,4	52,26
Aposentadorias	116	124	6,35	536,7	638,9	19,05	7	10	35,05	4,0	6,1	53,41
Pensões por Morte	129	130	0,71	627,8	697,1	11,04	2	2	20,56	1,1	1,5	31,19
Auxílio-Doença	84	107	26,77	496,6	667,4	34,38	131	180	37,70	58,0	89,8	54,84
Auxílio-Acidente	259	263	1,73	589,6	670,6	13,75	10	11	6,77	3,4	3,9	16,22
Auxílio-Suplementar	98	96	(1,57)	72,3	78,4	8,41	1	1	(42,13)	0,1	0,1	(24,81)
ASSISTENCIAIS	2.105	2.253	7,02	4.389,5	5.171,9	17,82	179	285	58,84	31,0	55,2	78,28
Amparo Assistenciais - LOAS	1.339	1.561	16,56	2.694,0	3.428,1	27,25	178	284	59,22	30,7	55,5	80,61
Idoso	469	585	24,64	926,9	1.251,7	35,04	90	140	55,26	15,5	27,3	75,88
Portador de Deficiência	870	976	12,20	1.767,1	2.176,4	23,16	88	144	63,26	15,2	28,2	85,42
Pensões Mensais Vitalícias	19	18	(2,68)	79,1	87,5	10,64	1	1	(15,03)	0,2	0,2	(2,35)
Rendas Mensais Vitalícias	747	674	(9,84)	1.616,4	1.656,3	2,47	0	0	(31,77)	0,0	0,0	(22,11)
Idade	272	237	(12,75)	596,0	592,2	(0,63)	0	0	(55,00)	0,0	0,0	(48,44)
Invalidez	476	437	(8,18)	1.020,4	1.064,1	4,28	0	0	(27,85)	0,0	0,0	(17,70)
TOTAL	20.033	21.126	5,45	76.729,7	88.845,9	15,79	2.856	3.868	35,40	970,6	1.468,4	51,28

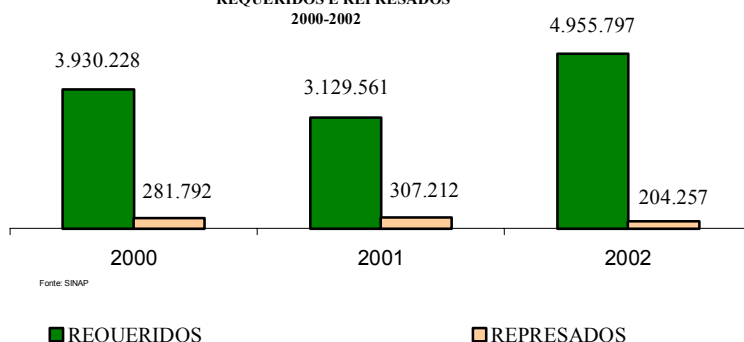
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social - SPS/MPAS

Os benefícios represados apresentaram queda de 33,5%, em dez/02 em relação a dez/01. Esse resultado é ainda mais expressivo quando se observa que, em 2002, foram requeridos 4,96 milhões de benefícios, enquanto em 2001 os requerimentos totalizaram 3,12 milhões. Os resultados são consequência de medidas adotadas pela Diretoria de Benefícios em uma ação conjunta com as Gerências-Executivas, visando eliminar o represamento.

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS

REQUERIDOS E REPRESADOS

2000-2002



Fonte: SINAP

Em 2002, a Previdência Social passou a utilizar para fins de cálculo do salário-de-benefício as informações constantes do Cadastro Nacional e Informações Sociais - CNIS, conforme estabelece a Lei 10.413/02. Com a nova lei de reconhecimento automático de direitos, os dados do CNIS valem, a partir de 1º de julho de 1994, para todos os efeitos, como prova de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, relação de emprego e contribuição. Essa lei teve impacto imediato sobre todos os pedidos de benefícios cujo prazo de carência era inferior a um ano, tais como auxílio-doença, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, restando apenas os pedidos de

aposentadoria por idade e tempo de contribuição. Além de simplificar os procedimentos, a medida assegura, ainda, maior segurança e controle na concessão dos benefícios.

A Previdência Social tem envidado esforços com vistas a detectar os pontos vulneráveis a fraudes, bem como atuar em fraudes já detectadas pelas áreas de controle interno. Fazendo parcerias, através de intercâmbio junto aos órgãos dos poderes público federal, estadual e municipal, com vista à permuta e ao cruzamento de dados estratégicos, como a identificação das ações lesivas à Previdência Social. Além desses controles tradicionais, está desenvolvendo uma metodologia de monitoramento a distância, com uso de sistemas informatizados.

A Previdência Social tem procurado uma forma mais segura de identificação do que as tradicionais assinatura e comparação com a foto da carteira de identidade. A identificação imediata pela impressão digital tem se tornado cada vez mais rápida e barata, e está sendo analisada como alternativa para um plano de identificação por digitais para todo o Brasil.

A Previdência Social tem investido em seus servidores para atuar no atendimento ao público de forma a reduzir o retardamento na conclusão das demandas realizadas nas Agências da Previdência Social. A crescente demanda por serviços previdenciários, aliada à escassez de recursos humanos, passou a exigir um esforço no sentido de fortalecer o atual quadro a fim de atender adequadamente a demanda da sociedade brasileira. Espera-se que a partir do exercício de 2003, com os novos concursados essa situação venha a ser minimizada.

O processo de capacitação dos servidores possui uma dinâmica muito grande em face das constantes mudanças na legislação previdenciária, que implicam alterações nos sistemas corporativos utilizados nas Agências e impactam o atendimento ao segurado, caso o servidor não esteja atualizado adequadamente. O esforço de capacitação tem tido especial atenção para o servidor que atua no atendimento, tendo sido capacitados, em 2002, 21.474 servidores.

No exercício de 2002, foram realizadas 2.669.622 perícias médicas, representando 98,9% da meta prevista no Plano Plurianual, correspondendo a uma despesa de R\$ 44,3 milhões. A condução da atividade médico-pericial cuja finalidade é a emissão de parecer técnico conclusivo na avaliação da capacidade laborativa dos beneficiários, está a cargo do médico-perito do quadro do INSS e do médico perito credenciado, como mão-de-obra auxiliar ao quadro permanente.

Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União

No exercício de 2002, foram atendidas 140.159 pessoas beneficiárias, vítimas de danos resultantes de situações pelas quais a União se julga responsável, no valor de R\$ 746,5 milhões.

Desde 2000, o INSS vem envidando esforços no sentido de repassar a responsabilidade dos benefícios da rede ferroviária para o Ministério dos Transportes. Com a Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, os processos de Anistiados passaram a ser encaminhados ao Ministério da Justiça, garantindo economia em relação à hora de trabalho do servidor e ao custo da operacionalização desses pagamentos.

Arrecadação de Receitas da Seguridade a cargo da Previdência

A receita da Seguridade Social a cargo da Previdência, composta de contribuições direta e indiretamente arrecadadas, relativas a créditos recuperados e repasse a terceiros, alcançou ao longo de 2002, o valor de R\$ 70,9 bilhões, apresentando crescimento nominal de 13,7%, quando comparada com a arrecadação verificada no período anterior, conforme quadro seguinte.

ARRECAÇÃO X BENEFÍCIOS			
Em Mil			
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	Δ %
Arrecadação Líquida	62.367.331	70.888.626	13,66
Arrecadação Bancária	63.044.088	71.827.576	13,93
(-)Terceiros e Restituições	4.899.391	5.461.302	11,47
SIMPLES	2.476.525	2.810.330	13,48
REFIS	442.616	400.260	-9,57
FNS	12.734	12.902	1,32
CDP	86.855	60.059	-30,85
FIES	366.649	495.166	35,05
Quitação Dívida	167.424	114.987	-31,32
Depósitos Judiciais	669.831	628.649	-6,15
Benefícios	79.189.202	92.674.153	32,43
Diferença	-12.835.916	-16.998.977	11,11
Fonte: Extrato Banco do Brasil e do BACEN, e SIAFI			

As empresas que optaram pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS foram responsáveis por uma arrecadação de R\$ 400 milhões. Este Programa não traduz um expressivo retorno financeiro de curto prazo para a Previdência Social, considerando que o volume de recursos anuais representam cerca de 1% do valor total em débitos cadastrados (parcelamentos, notificações fiscais e auto de infração, em fase administrativa e judicial). Um dos objetivos que essa ação espera atingir é o cumprimento regular das obrigações correntes.

Os recursos repassados à Previdência Social pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS alcançaram o montante de R\$ 12,9 milhões e a receita oriunda da quitação de dívidas de universidades junto à Previdência, repassada através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, teve, em 2002, um crescimento significativo de 35,05% em relação a 2001. O valor dos resgates de Certificados de Dívida Pública - CDP foi inferior ao verificado em 2001, apresentando uma queda de 31,32%. O baixo desempenho dessas ações pode ser atribuído ao cenário político-econômico verificado no segundo semestre deste ano, o que gerou muitas incertezas no mercado.

A diferença entre a receita da Seguridade a cargo da Previdência (arrecadação bancária líquida) e a despesa com benefício apurada no exercício de 2002 apresentou um acréscimo de 11,1% em relação a 2001. Esses valores confirmam a tendência de crescimento dessa diferença registrada desde o ano de 1995, que decorre, principalmente, dos ganhos reais concedidos ao salário mínimo e estendidos a todos os benefícios. A Previdência vem adotando estratégias para a área de arrecadação, fiscalização e cobrança visando aperfeiçoar o gerenciamento da receita. Uma delas foi a implantação da Guia do Fundo de Garantia e Informações da Previdência Social - GFIP, como instrumento declaratório das contribuições devidas, que possibilitará a cobrança automática das contribuições declaradas e não pagas, evitando-se, assim, o contencioso administrativo. Com essa sistemática de cobrança mais ágil, associada à recomposição do quadro de auditores-fiscais, será possível ampliar consideravelmente o número de contribuintes controlados. O monitoramento constante dos grandes contribuintes é uma ação de fundamental importância, pois visa o controle da evasão.

No âmbito da fiscalização, está sendo implantada a nova metodologia de auditoria, orientada para o combate à sonegação. O Sistema de Inteligência Fiscal em implantação manterá informações das empresas, que representam parcela significativa da arrecadação, para cruzamento e análise, com o objetivo de identificar desvios a partir de um comportamento padrão observado para determinado segmento de contribuintes.

Em 2002, foi introduzido o Mandado de Procedimento Fiscal como documento obrigatório nas ações de fiscalização e diligência, permitindo um melhor gerenciamento das ações fiscais, garantindo ao auditor segurança no desempenho de suas atribuições e oferecendo ao contribuinte um instrumento de proteção contra falsos representantes do INSS que se apresentam às empresas com o objetivo de obter alguma vantagem ilícita.

O resultado da Ação Fiscal correspondeu, no exercício de 2002, a R\$ 18,4 bilhões, sendo R\$ 14,1 bilhões decorrentes de Notificações Fiscais de Lançamento de Débito, R\$ 3,3 bilhões de Débitos Confessados e R\$ 0,8 bilhão de débitos quitados. Entre diligências e fiscalizações, foram realizadas 82.597 ações fiscais. No período de 2001 a 2002, o contingente de fiscais cresceu de 3.776 para 3.830. Em 2003, deverão ser integrados mais 500 auditores fiscais recém-aprovados em concurso público.

RESULTADO DA AÇÃO FISCAL			
			R\$ milhões
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	Δ %
NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - NFLD	11.705,73	14.156,40	20,94
LANÇAMENTO DE DÉBITO CONFESSADO -LDC	5.298,33	3.379,91	-36,21
RECOLHIMENTO RESULTANTE DA AÇÃO FISCAL	747,65	873,89	16,89

Fonte: DAF/INSS

Foram adotadas medidas objetivando agilizar a cobrança da dívida previdenciária pelo INSS junto ao Poder Judiciário, que atualmente gira em torno de R\$ 85 bilhões. Os resultados obtidos têm sido melhorados progressivamente, ano a ano, isso em decorrência do início de uma atuação mais programática, com a criação de sistemas de monitoramento e gerenciamento voltados para os resultados. A recuperação da dívida apresentou, no exercício de 2002, o montante de R\$ 3,8 bilhões.

A dívida das empresas, embora elevada, tem sido objeto de acordos para pagamentos parcelados. Hoje, cerca de 38% dos créditos estão sendo amortizados. Isso vem permitindo incremento nos recebimentos nessa modalidade, apesar da elasticidade do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. Destaque especial para o setor público, onde 80% dos municípios parcelaram suas dívidas com cláusula de retenção da contribuição corrente diretamente no Fundo de Participação, o que evitará que novas dívidas sejam acumuladas.

Foi realizado, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, um estudo onde mostra que aproximadamente 70% das empresas com débitos inscritos em dívida ativa, cerca de 262 mil, não entregaram declaração ou não efetuaram pagamento de imposto de renda, nos últimos dois anos. A falta de localização de bens de devedores passíveis de penhora é um dos fatores determinantes para a cobrança da dívida ativa não ter tido melhor resultado. Até mesmo o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios-gerentes tem sido, em muitos juízos, indeferidos, o que dificulta a constrição de bens passíveis de penhora e, por consequência, liquidação do crédito do INSS, inscrito em dívida ativa.

Com a finalidade de melhor orientar os contribuintes, foram revistas as normas, reduzindo-as de mais de duzentas para apenas oito instruções normativas recentemente publicadas. Nesse processo de desburocratização, consta a simplificação dos procedimentos, bem como a disponibilização cada vez maior dos serviços pela internet. Grande parte das certidões negativas de débito é emitida pela internet, com maior conforto aos contribuintes e contadores e melhor segurança, uma vez tratar-se de documento eletrônico. Disponibilizou-se, pela Internet, os serviços de baixa de empresas e de regularização de obras, serviços que demandam enorme tempo nas Agências.

No ano 2002, foi disponibilizada uma nova modalidade de pagamento mensal de contribuição: O Cartão de Arrecadação do Contribuinte Individual, Facultativo e Empregado Doméstico, que facilitará e agilizará o pagamento mensal de contribuição, eliminando a possibilidade de erros no preenchimento e digitação das atuais guias, os transtornos, além de reduzir os custos. Inicialmente, o processo foi empregado apenas nas agências do Correio e será expandido para a rede bancária. Em dezembro/2002, cerca de 5,3 milhões de pessoas receberam o novo cartão. Desses, 500 mil já pagam o INSS por meios eletrônicos, em terminais de auto-atendimento, internet e débito automático em conta. Com o cartão, o pagamento poderá ser realizado eletronicamente.

Por iniciativa da Previdência Social, os bancos passaram a desenvolver aplicativos para acolher os pagamentos de contribuições diretamente nos caixas eletrônicos (auto-atendimento) ou por meio de agendamento para débito em conta corrente para os contribuintes individuais. Os bancos já disponibilizam para as empresas condições para pagamentos por meio da Internet, home/office banking. O recolhimento eletrônico, por meio de débito em conta, objetiva, essencialmente, a comodidade do contribuinte e a segurança da operação.

A capacitação de servidores da arrecadação, em razão da introdução de novos métodos e processos de trabalho, da complexidade das tarefas a executar e da maior descentralização administrativa e técnica, exige expressivos e constantes investimentos. No exercício 2002, foram capacitados 18.018 servidores, priorizando os treinamentos elaborados pela Diretoria de Arrecadação.

Mudanças na Legislação Previdenciária

Diversas alterações foram introduzidas no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, tendo em vista o aperfeiçoamento da legislação previdenciária. Marco importante é o que permite ao INSS utilizar as informações sobre as remunerações dos segurados constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS para fins de cálculo do salário-de-benefício, a partir de julho de 1994, dispensando o segurado da apresentação da relação de salários e contribuições, o que foi possível com a aprovação da Lei nº 10.403, de 8 de janeiro de 2002. Trata-se, em verdade, de inversão do ônus da prova, pois em vez do segurado comprovar a sua situação perante o INSS é este que o informa sobre os seus registros, assegurando-lhe o direito, em caso de divergência, de solicitar a inclusão, exclusão ou retificação dos dados mediante apresentação de provas convincentes.

Esse procedimento tem permitido à Previdência Social conceder os benefícios de auxílio-doença e salário maternidade, que correspondem a 59% dos benefícios concedidos pelo INSS em 2002, unicamente com base nos seus registros, sem que o segurado tenha que apresentar qualquer documento de comprovação de vínculo ou de contribuição. Também a concessão de aposentadorias e pensões tem sido agilizada, pois os segurados só têm que comprovar os vínculos anteriores a primeiro de julho de 1994.

Com a Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002, foi estendido à mãe adotiva o direito ao salário-maternidade, propiciando a igualdade de tratamento entre mães adotivas e biológicas, constituindo-se em reconhecimento, pela previdência social, da importância das adoções no país.

Diversas inovações foram trazidas pela Medida Provisória nº 83, de dezembro de 2002, cabendo destacar:

- Extensão do direito à aposentadoria especial aos cooperados de cooperativas de trabalho e de produção, anteriormente concedida somente aos segurados empregados;
- Determinação de que a pessoa jurídica e a cooperativa de trabalho realizem a inscrição, respectivamente, do contratado e cooperado e recolham a correspondente contribuição, dando a esses profissionais o mesmo tratamento dispensado aos empregados;
- Concessão das aposentadorias por tempo de contribuição ou especial ao segurado que tiver contribuído durante o tempo mínimo exigido, sem considerar eventuais perdas da qualidade de segurado;
- Concessão da aposentadoria por idade, sem considerar a perda da qualidade de segurado, desde que o segurado conte com, no mínimo, duzentas e quarenta contribuições mensais.
- Extinção definitiva da escala transitória de salário-base, utilizada para fins de enquadramento e fixação do salário-de-contribuição dos contribuintes individual e facultativo filiados ao RGPS, estabelecida pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, possibilitando a desburocratização e simplificação de procedimentos.

Modernização Tecnológica

A Lei nº 10.403/02 representou um grande passo no mecanismo de reconhecimento automático de direitos, mas para que esse processo fosse concluído, a dispensa de comprovação documental para o período anterior a julho de 1994 beneficiará especialmente os segurados que solicitam aposentadorias e que precisam comprovar tempo de contribuição posterior a 1976.

Neste sentido, o MPAS contratou uma consultoria visando uma avaliação da qualidade dos dados do CNIS. Os resultados favoráveis apresentados pela consultoria em março de 2002 permitiram que o Órgão encaminhasse ao Congresso Nacional um Projeto de Lei para estabelecer o reconhecimento automático de direitos para todos os segurados da Previdência Social. Caso seja aprovado, a Previdência Social utilizará as informações de emprego e salários armazenadas no CNIS, dispensando o trabalhador da tarefa de comprovar os seus direitos. Essa simplificação visa, ainda, dar maior segurança à concessão dos benefícios, permitindo à Previdência coibir fraudes.

Em 2001, foi aprovado o Plano Estratégico de Tecnologia de Informação da Previdência Social, que redefine os sistemas, a plataforma física e as diretrizes tecnológicas a serem adotadas pela Previdência nos próximos 5 anos. Neste ano, mais um passo foi dado em prol da modernização tecnológica na Previdência: incluiu-se na estrutura do MPAS quatro assessorias específicas para condução da política de Tecnologia da Informação.

- Assessoria Especial de Tecnologia e Informação – consolidar a área de Tecnologia da Informação, tornando os sistemas mais eficazes e menos vulneráveis a fraudes;
- Assessoria de Pesquisa Estratégica - centrada no intercâmbio com outros órgãos dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, tendo como objetivo o combate às ações lesivas à Previdência Social, à sonegação, à fraude e à evasão;
- Assessoria de Gerenciamento de Riscos – desenvolver metodologias, definir normas e controles com o objetivo de aumentar a segurança dos processos de trabalho;
- Assessoria Técnica do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS – consolidar, em uma única base de dados, as informações sociais originárias de diversos cadastros do Governo.

Estas assessorias são responsáveis pela execução de cinco grandes projetos, que se encontram em andamento, cujos objetivos estão explicitados abaixo:

PROJETOS	OBJETIVOS
Modelo Lógico de Dados	Desenvolver o modelo lógico de dados detalhado, em âmbito corporativo, alinhado com o modelo conceitual de dados da Previdência Social.
Plano de Comunicação	Definir e implantar um plano de comunicação para a divulgação das ações do Plano Diretor de Tecnologia e Informação - PDTI em toda a Previdência Social.
Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas	Avaliar, definir e implantar uma metodologia de desenvolvimento de sistemas, estabelecendo regras e padrões de desenvolvimento.
Seleção de Tecnologias para Ambientes Hardware e Software	Selecionar a tecnologia de Hardware e Software a ser usada por todos os ambientes operacionais da Previdência Social: Processamento Central, Cliente, Contact Center e Desenvolvimento.
Melhoria Contínua do Atendimento Eletrônico	Gerenciar a disponibilização dos serviços ao cidadão da Web, visando a ampliação dos serviços já disponíveis, através da Internet ou de terminais de auto-atendimento; Implantar mais terminais de auto-atendimento nas agências, incluindo terminais que possibilitem o acesso de deficientes físicos.

Foram também desenvolvidos projetos para áreas específicas do MPAS. Dentre eles, destaca-se o SIPREV - Sistema Integrado de Informações Previdenciárias, que é um software desenvolvido pela Secretaria de Previdência Social para ajudar os regimes próprios de previdência estaduais e municipais a equilibrar suas contas. O Sistema dá transparência aos regimes previdenciários e organiza a folha de pagamento dos servidores das prefeituras, dos estados e da União, além de permitir o conhecimento das despesas globais e também individualizadas de cada servidor. Por meio do SIPREV, é possível saber, por exemplo, quantos servidores estão prestes a se aposentar. O Sistema também ajuda a prevenir fraudes porque seus dados podem ser cruzados com os do Sistema de Óbitos - SISOB, mantido pelo MPAS.

Para adquirir o SIPREV, basta acessar o site: (www.previdenciasocial.gov.br), clicar no link "Previdência no Serviço Público" e fazer um download do Sistema. O programa também pode ser solicitado pelo e-mail: (siprev@df.previdenciasocial.gov.br) ou pelo telefone (61) 317-5531. A Previdência envia um CD-ROM.

Serviços de Atendimento à Clientela Previdenciária

A Previdência Social vem buscando a melhoria contínua da qualidade do atendimento, com atenção especial à redução dos prazos de concessão de benefícios, à comodidade dos usuários e ao controle social sobre a qualidade dos serviços.

O Programa de Qualidade no Serviço Público, em conformidade com as diretrizes do Sistema de Avaliação da Gestão Pública, conferiu as Gerências Executivas em Santa Maria/RS e Vitória/ES, em 2002, o reconhecimento de nível de gestão. Em se falando de Qualidade, tem-se os núcleos regionais e setoriais que são

reconhecidos e instalados pela Gerente Executiva do Programa de Qualidade do Serviço Público, no momento em que se estabelece o compromisso de atuação em parcerias, assim, ressaltamos a Gerência Executiva do INSS em São Luís do Maranhão, a qual foi oficialmente credenciada e onde ocorreu a instalação do núcleo regional, recebendo a Certificação de Instalação no Estado.

A Previdência vem procurando disponibilizar canais de comunicação com a população, oferecendo, além de informações, diversos serviços. As inscrições, o agendamento de atendimento com hora marcada, as solicitações de auxílio-maternidade, auxílio-doença e pensão por morte, além da Certidão Negativa de Débito, podem ser feitos através da Internet, reduzindo-se, assim, a necessidade de se comparecer às agências da Previdência Social. Em 2002, foram realizados cerca de 2,6 milhões de atendimentos nos 1.131 terminais de auto-atendimento (PREVFácil), mais de 11,4 milhões de consultas à Internet (PREVNET) e cerca de 1,4 milhão de pessoas foram atendidas em municípios que não possuem agências da Previdência Social, nas 75 unidades móveis do INSS (PREVMóvel).

Canal direto, ágil e gratuito de comunicação com a Previdência Social, à Ouvidoria-Geral cumpre o importante papel de agente conscientizador e mobilizador da cidadania, permitindo ao cidadão participar da administração previdenciária ao exigir um melhor atendimento. O exercício do controle social por intermédio da Ouvidoria, além de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços ligados ao atendimento e concessão de benefícios, também gera ações fiscais que resultam no recolhimento ou na constituição de créditos em favor da Previdência Social. Em 2002, atendeu mais de 100 mil ocorrências entre denúncias, reclamações, elogios e sugestões.

A Previdência disponibiliza, ainda, serviços de orientação para prevenção de doenças ocupacionais e de acidentes de trabalho e serviços de reabilitação profissional, ações para os quais foram destinados recursos de cerca de R\$ 8,7 milhões, no exercício de 2002.

O INSS contava, em 2002, com cerca de 4,8 milhões de contribuintes individuais com contribuições regulares. Para o contribuinte individual foi desenvolvido o cartão de arrecadação, que será entregue na residência, e que além da função identificadora, permite a transcrição dos dados do contribuinte, seja pela leitura da tarja magnética ou pelo código de barras, a arrecadação com a utilização do cartão custará R\$ 1,00, 28,1% mais barato que a guia em papel (R\$1,39) e o Correio será o primeiro agente arrecadador a utilizar esta nova modalidade.

A Previdência vem buscando a redução das despesas bancárias referentes à prestação de serviços de arrecadação e pagamento de benefícios. Em negociação com os Bancos foi possível a redução da tarifa referente a benefício pago em Agências Pioneiras. A tarifa de R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos) passou para R\$ 1,98 (um real e noventa e oito centavos), reduzindo os custos do INSS em aproximadamente R\$ 6,6 milhões/ano.

Previdência Complementar

A Emenda Constitucional nº 20 trouxe em seu bojo diversas mudanças nos sistema previdenciário brasileiro e introduziu diretrizes sobre a previdência complementar. A regulamentação do dispositivo constitucional se deu com a entrada em vigor das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 2001.

Em abril de 2002, foi aprovado o Decreto n. 4.206, que veio regulamentar algumas das disposições contidas na Lei Complementar nº 109/01. Além de cuidar da relação entre o órgão regulador e fiscalizador, as entidades fechadas, seus participantes, patrocinadores ou instituidores, o ato regulamentador dota o regime de instrumentos que propiciam controle, eficiência e fomento do sistema fechado de previdência complementar.

A atividade relativa à supervisão das entidades fechadas de previdência privadas tem por objetivo fiscalizar as EFPC, com o intuito não só de verificar a correta aplicação das normas previdenciárias e dos dinheiros dos fundos, patrimônio dos participantes, como também de orientar as formas mais adequadas de fazê-los. Constitui também objetivo, apurar denúncias de irregularidades, proteger preventivamente o direito dos participantes e verificar a situação de equilíbrio dos planos de benefícios.

Como resultado desta atividade foram realizadas 135 ações, que incluem a Administração Especial, Intervenção e Liquidação Extrajudicial, além da visita dos auditores fiscais da Previdência Social às EFPC's. Cabe destacar que o sistema possui atualmente 359 EFPC, 2.080 patrocinadoras e 6.434.540 beneficiários diretos, representando um patrimônio da ordem de R\$ 172 bilhões.

A tabela a seguir apresenta um demonstrativo das ações relativas às diferentes modalidades de fiscalização e Regimes Especiais.

Visita Especial	Fiscalização Especial	Fiscalização de Rotina	Administração Especial	Intervenção	Liquidação Extrajudicial
5	69	39	2	6	14

É de fundamental importância para a atuação da SPC, junto às entidades, a consolidação das informações do sistema de previdência, por meio de sistemas informatizados. Desta forma, os sistemas de cadastro, informações contábeis, atuariais e de investimento, são essenciais para o bom funcionamento da Secretaria. A ampliação e integração são, por conseguinte, uma necessidade do próprio processo de modernização.

Dentre outras, constitui atividade específica da SPC a regulamentação do sistema de previdência complementar, mediante apoio estratégico e técnico ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC. Vale destacar que o CGPC é um órgão colegiado e normativo integrante da estrutura regimental do Ministério da Previdência e Assistência Social e, tem como missão, deliberar, controlar e avaliar a execução da política nacional de previdência complementar, e, em especial, exercer as competências estabelecidas no art. 74 da Lei Complementar n.º 109, de 29/05/2001 (Decreto n.º 4.420, de 11/10/2002). Em 2002, foram aprovadas e editadas 10 Resoluções pelo CGPC. Inovações introduzidas pela LC 109/01, como os institutos da Portabilidade, do Resgate e do Benefício Proporcional Diferido, instrumentos de manutenção da poupança previdenciária e de garantia aos participantes, tiveram as respectivas normas complementares estabelecidas por aquele órgão regulador do sistema fechado de previdência complementar.

Ações da Política de Assistência Social

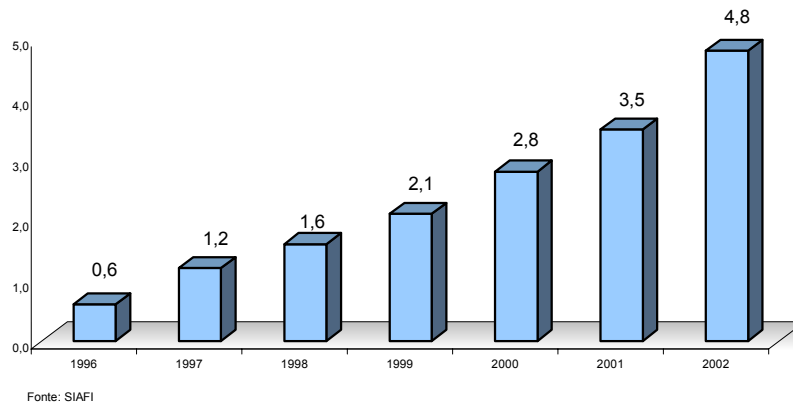
A Política de Assistência Social define como destinatários de seus programas aqueles segmentos excluídos involuntariamente das Políticas básicas e das oportunidades de acesso a bens e serviços produzidos pela sociedade, ressaltando prioridade para indivíduos e segmentos populacionais urbanos e rurais em:

- Condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida que ocorrem, predominantemente, em crianças de zero a cinco anos e em idosos acima de sessenta anos;
- Condições de desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou incapacidades, que limitam ou impedem o indivíduo no desempenho de uma atividade considerada normal para sua idade e sexo, face ao contexto sócio-cultural no qual se insere; e
- Situações circunstanciais e conjunturais como abuso comercial sexual infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil, moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial das drogas, crianças e adolescentes vítimas de abandono e desagregação familiar, crianças, idosos e mulheres vítimas de maus tratos.

Todas estas intervenções são materializadas em programas, projetos, serviços e benefícios, previstos no capítulo IV da Lei nº 8.742, de 07/12/93 (LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS); constituindo assim uma rede promoção e proteção social, para esses segmentos.

Para o financiamento dessas ações foi aprovado orçamento anual da ordem de R\$ 4,8 bilhões, dos quais estão sendo considerados, também, recursos oriundos de emendas parlamentares. A Secretaria de Estado de Assistência Social/Fundo Nacional de Assistência Social atingiu plenamente a sua meta, representando em valores absolutos a importância de R\$ 4,8 bilhões.

**FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AMPLIAÇÃO DOS RECURSOS - 1996 A 2002**



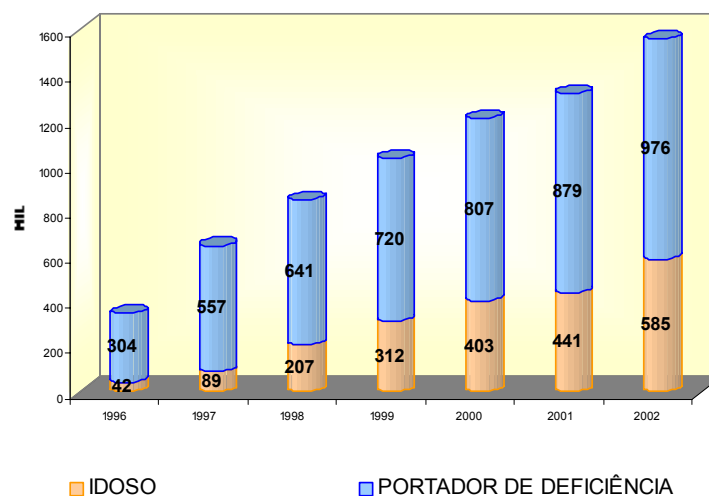
A Secretaria de Estado de Assistência Social recebeu destaque orçamentário no valor de R\$ 109,3 milhões provenientes do Ministério da Educação, Ministério das Minas e Energias e Ministério da Saúde, tendo sido empenhado o mesmo valor e pago R\$ 69,8 milhões à Caixa Econômica Federal, para implantação do Cadastro Único - CADIUNICO.

Benefícios de Prestação Continuada

Previsto na Constituição Federal e regulamentado pela LOAS, o Benefício de Prestação Continuada - BPC começou a ser pago em 1996, garantindo um salário mínimo mensal a idosos com 67 anos ou mais e a pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho e para a vida independente. Em ambos os casos, a renda familiar per capita dos beneficiários deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. De 1996 para 2002, o quantitativo de beneficiários assistenciais cresceu 441%, proporcionando melhoria da qualidade de vida a cerca de 1,6 milhão de idosos e portadores de deficiência e, principalmente, retirando-os da linha de indigência.

Os destinatários do BPC correspondem a um grupo de atenção prioritária, visto que esse benefício assistencial é apenas o primeiro passo do processo de promoção social das pessoas idosas e dos portadores de deficiência em situação de extrema pobreza. A Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS tem procurado incluí-los em seus serviços de ação continuada e melhorar a qualidade de vida de todo o núcleo familiar, mediante ação de informação, qualificação profissional e oportunidades de geração de emprego e renda. Vale ressaltar que, em 2002, a Secretaria de Estado de Assistência Social aplicou um montante da ordem de R\$ 3,6 bilhões no BPC.

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS AMPARADAS PELA
LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS**



Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência

No atendimento à pessoa portadora de deficiência foram pagos cerca de R\$ 81,2 milhões, beneficiando cerca de 150,1 mil pessoas, representando um crescimento em torno de 2% em relação a 2001, com prioridade para aquelas em situação de risco social, com renda mensal familiar per capita de até ½ salário mínimo e as que se encontravam temporariamente em condição de privação econômica ou risco pessoal ou social, que se traduz em abandono ou na violência familiar, na ausência de moradia, entre outras situações.

Quanto ao portador de deficiência, a intervenção se dá pelos serviços de ação continuada que se desenha em várias modalidades de atendimento: atendimento em habilitação e reabilitação, casas lares; atendimento comunitário; e outros, também em projetos de revitalização de equipamentos sociais.

Foram investidos, ainda, em equipamentos sociais - construção e reforma de centros de atendimentos à pessoa portadora de deficiência - um total de R\$ 5,22 milhões, além da importância de R\$ 4,58 milhões destinados ao desenvolvimento de projetos de manutenção nesta área, oriundos de emendas parlamentares.

Atendimento à Pessoa Idosa

A Secretaria de Estado de Assistência Social, em 2002, comprometeu recursos no montante de R\$ 37,1 milhões, para o atendimento a cerca de 306,3 mil pessoas idosas que em relação a 2001 representa algo em torno de 3%, em várias modalidades como atendimento amplo, Centro de Convivência, Casas Lares e outros.

Foram investidos em equipamentos sociais - construção e reforma de centro de idosos- num total de R\$ 12,0 milhões, além do montante de R\$ 3,97 milhões no desenvolvimento de projetos de manutenção nesta área, oriundos de emendas parlamentares.

Atendimento à Criança em Creche

No atendimento à criança em creche, foram atendidas em 2002 cerca de 1.631,0 mil crianças carentes na modalidade de atendimento em creches e pré-escolas, tendo sido R\$ 260,1 milhões. Outro investimento realizado nesta área, foi o trabalho realizado com famílias, por meio de ações sócio-educativas envolvendo um volume de recursos da ordem de R\$ 755,5 mil.

Foram investidos, também, em equipamentos sociais - construção e reforma de creches perfazendo um total de R\$ 20,7 milhões, além do montante de R\$ 11,2 milhões destinados ao desenvolvimento de projetos de manutenção nesta área, oriundos de emendas parlamentares.

Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI tem como objetivo eliminar, em parceria com os diversos setores dos governos estaduais e municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes. Destina-se, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e pela exclusão social, com renda per capita de até ½ salário mínimo, com filhos na faixa etária de 7 a 15 anos que trabalham em atividades dessa natureza.

As ações do PETI, desenvolvidas no âmbito da Assistência Social, consistem em promover o ingresso e a permanência de crianças e adolescentes na escola, por meio da concessão da Bolsa Criança-Cidadã, assim como mantê-las em um turno complementar à escola, no qual são desenvolvidas atividades de reforço escolar, esportivas, artísticas, culturais e lúdicas. O programa também focaliza a família em ações sócio-educativas e de geração de trabalho e renda. Em 2002, foram executadas despesas no montante geral de R\$ 531,5 milhões inclusive despesas operacionais (Cadastro único).

R\$ milhões

AÇÃO DO PETI	Atendimentos	Empenhos até 31.12.2002	Pago
Atendimento à criança e ao adolescente em Jornada Escolar Ampliada	872.528	190,62	157,18
Concessão da Bolsa Criança-Cidadã	872.582	274,85	227,86
Despesas Operacionais	6.877.953	19,89	19,89
Geração de Ocupações Produtivas para Famílias de Crianças Atendidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	91.858	46,18	41,36
TOTAL	8.714.921	531,54	446,29

Fontes: SIAFI e SIGPLAN

A SEAS atendeu 872.528 crianças e adolescentes, apresentando-se 16 % superior ao exercício de 2002 face à expansão do Programa nos diversos Estados e Municípios da Federação, estando assim distribuída:

- 810.005 crianças beneficiadas pela Bolsa e Jornada Ampliada do PETI;
- 26.300 adolescentes egressos do PETI atendidos na estratégia adotada pelo programa Agente Jovem de desenvolvimento Social e Humano;
- 37.000 crianças e adolescentes atendidos na estratégia adotada no Programa Sentinela.

Combate ao Abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes

O Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes tem como objetivo investir recursos em projetos de organizações governamentais ou não governamentais que privilegiem, entre outros aspectos, o apoio psicossocial às crianças e adolescentes e suas respectivas famílias vitimizadas pela violência sexual infanto-juvenil. Foram pagos, em 2002, o montante de R\$ 5,1 milhões no atendimento à criança e ao adolescente em jornada escolar ampliada no combate a prostituição, beneficiando cerca de 17,5 mil crianças e o mesmo número de famílias, totalizando cerca de 35,0 mil atendimentos. Foram realizadas também campanhas educativas destinadas a combater a exploração sexual infanto-juvenil, tendo sido destinados para esta ação recursos no valor de R\$ 559 mil.

Brasil Jovem

O Programa Brasil Jovem possui dois importantes projetos: Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e Centro de Juventude, ambos com a metodologia de intervenção tendo o jovem como protagonista da ação. O projeto prevê um retorno do jovem ao sistema educacional e uma atuação do mesmo na sua comunidade, buscando alterar os indicadores sociais e ao mesmo tempo proporcionando uma experiência para inserção no mundo do trabalho.

Foram investidos, em 2002, cerca de R\$ 43,2 milhões para ações de concessão de bolsa e capacitação de 62.203 jovens como agente jovem de desenvolvimento social e humano. Este projeto visa capacitar jovens de 15 a 17 anos para o mundo do trabalho e para atuar em suas comunidades nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo. A idéia é fazer com que esses adolescentes possam contribuir para melhorar alguns indicadores sociais nos locais onde moram, além de habilitá-los para desenvolver um projeto pessoal de vida.

Foram empenhados, também, cerca de R\$ 2,9 milhões e pagos R\$ 2,8 milhões, com despesas operacionais, no que se refere ao cadastramento único, serviço de processamento de dados e remuneração de agentes pagadores da bolsa aos jovens.

O projeto atende prioritariamente jovens residentes em periferias urbanas que estejam fora da escola, já que uma das exigências é a de que o adolescente retorne a algum tipo de atividade escolar. Também são priorizados os egressos de programas que atendem meninos e meninas em idade escolar tais como o de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa-Escola e o Renda Mínima.

Os centros de juventude proporcionam ao jovem acesso a informações através da Internet e alternativas de socialização nas áreas de esporte, cultura e lazer. Esses centros têm sido implantados em municípios

onde existem grandes quantidades de jovens de famílias de baixa renda, de jovens portadores de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, sujeitos ao uso e ao comércio ilegal de drogas, alto índice de mortalidade juvenil por causas externas, gravidez na adolescência, bem como baixo índice de escolaridade. Em 2002, foram empenhados R\$ 2,0 milhões e pagos R\$ 1,0 milhão. Além disso, foram executados neste Projeto R\$ 6,4 milhões relativos a emendas parlamentares.

O Programa Brasil Jovem também apoiou, ainda em 2002, 24,1 mil iniciativas de atendimento à criança e ao adolescente em abrigo, envolvendo recursos da ordem de R\$ 15 milhões. Foram executados, também, R\$ 8,7 milhões referentes a emendas apostas nesta ação.

Núcleo de Apoio à Família

O Núcleo de Apoio à Família é uma proposta de intervenção diretamente às famílias, visando sua promoção e inserção. São desenvolvidas ações que vão do cadastramento ao encaminhamento para o atendimento psicossocial.

A prioridade de seleção dos municípios para o primeiro momento de atendimento foi: municípios que possuem o IDH abaixo de 0,50; centros urbanos, privilegiando os focos de violência; e em comunidades que ofereciam condições para instalação dos núcleos.

Foram implantados 18 núcleos, totalizando a manutenção de 2.474 Núcleos de Apoio à Família, envolvendo recursos no montante de R\$ 51,7 milhões e pagos R\$ 47,8 milhões. Parte desses recursos foi destinada para a “Implantação dos Portais Alvorada”, sendo empenhados e pagos R\$ 36,2 milhões.

Outras Emendas Parlamentares

Foram executados, também, recursos no montante de R\$ 54,4 milhões referentes a outras emendas individuais, de comissão e de bancadas, destinados à realização de projetos voltados às ações sociais e comunitárias e geração de renda para populações carentes.

Projeto Alvorada

O Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, participa do Projeto Alvorada criado pelo Governo Federal. Tem como objetivo elevar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades sociais, proporcionando a cada cidadão oportunidades de trabalho e acesso aos bens e serviços para o bem estar e a dignidade da pessoa humana. Este Projeto concentra suas ações nos 2.361 municípios que apresentam os menores índices de desenvolvimento humano, abrangendo os 23 estados da Federação. Estima-se que se tenha executado, ao longo de 2002, cerca de R\$ 4 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

PROJETO ALVORADA		
Em R\$ Mil		
Descrição das Ações	Recursos	
	2001	2002
Alfabetização Solidária	79.334	98.351
Educação de jovens e Adultos	186.109	296.599
Apoio ao Ensino Médio	398.744	437.982
Água na Escola	39.190	17.725
Saneamento Básico	1.152.735	455.200
Saúde da Família	1.147.979	1.283.907
Neonatal - Humanização do Parto	23.683	11.792
Prodetur II	28.808	6.563
Bolsa Escola	501.325	953.931
Bolsa Alimentação	316	152.000
Agente Jovem	25.600	16.114
Apoio à Agricultura Familiar - Pronaf	153.450	129.864
Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza	6.067	14.037
Energia nas Pequenas Comunidades	37.000	17.661
NAF/PORTAIS	23.110	30.978
Desenvolvimento do Estado de Tocantins	100.000	100.000
Total das Ações	3.903.450	4.022.704

Fonte: SEAS/MPAS

Em 2000, reconhecendo a amplitude do problema, o Governo Federal, por meio do Programa Avança Brasil, estabeleceu em seu plano Plurianual 2000/2003, como prioridade na agenda política e social do país, o enfrentamento de questões relacionadas à vulnerabilidade social e pobreza, selecionando alguns programas como estratégicos para intervenção.